Parque Eólico Boa Vista S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

KPDS 500264

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanço patrimonial **7**

Demonstração do resultado **8**

Demonstração do resultado abrangente **9**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstração dos fluxos de caixa **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **13**

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Parque Eólico Boa Vista S.A
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parque Eólico Boa Vista S.A ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parque Eólico Boa Vista S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos S. Rosa

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Parque Eólico Boa Vista S.A

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativo	**Nota**	**2018**	**2017**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.275.673	4.633.986
Aplicações Financeiras	5	3.143	6.621.730
Contas a receber de clientes	6	9.704.232	9.074.078
Contas a receber - partes relacionadas	7	3.494.826	-
Adiantamentos diversos		22.495	22.495
Despesas antecipadas	8	98.227	62.090
Tributos a recuperar		6.442	6.104
		17.605.038	20.420.483
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	-	43.719
Imobilizado	9	159.951.446	165.536.237
		159.951.446	165.579.956
Total do ativo		**177.556.484**	**186.000.439**

Passivo	**Nota**	**2018**	**2017**
Circulante			
Tributos a recolher	10	825.726	500.021
Contas a pagar	11	1.977.435	644.195
Contas a pagar - partes relacionadas	7	1.466.379	5.223.064
Empréstimos e financiamentos	13	5.982.937	11.145.240
Mútuos com partes relacionada	7	-	5.906.008
Dividendos a pagar		875.144	1.842.729
Provisao para IRPJ e CSLL Correntes	12	253.343	369.762
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	12	602.819	300.363
		11.983.783	25.931.382
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		97.046.011	89.352.038
		97.046.011	89.352.038
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	64.800.888	64.800.888
Reserva legal	14	572.184	387.943
Dividendos adicionais propostos	14	3.153.619	5.528.188
		68.526.690	70.717.019
Total do passivo e patrimônio líquido		**177.556.484**	**186.000.439**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Boa Vista S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	2018	2017
Receitas e custos operacionais			
Receita líquida de vendas	15	27.610.821	15.063.800
Custo das vendas	16	(10.712.446)	(2.372.518)
Lucro bruto		**16.898.376**	**12.691.282**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	17	(2.781.802)	(1.682.347)
Outras receitas operacionais	17	112.477	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas e impostos		**14.229.051**	**11.008.935**
Despesas financeiras	18	(9.661.829)	(2.829.444)
Receitas financeiras	18	510.266	833.609
Resultado financeiro líquido		(9.151.564)	(1.995.835)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**5.077.487**	**9.013.100**
IR e CS correntes	12	(1.090.216)	(609.036)
IR e CS diferidos	12	(302.456)	(142.868)
Lucro líquido do exercício		**3.684.815**	**8.261.196**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Boa Vista S.A

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	2018	2017
Lucro líquido do Exercício	3.684.815	8.261.196
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	**3.684.815**	**8.261.196**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Boa Vista S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		Reservas de Lucros			
	Capital social	**Reserva Legal**	**Dividendos adicionais propostos**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2017	64.800.888	-	-	(502.336)	64.298.552
					-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.261.196	8.261.196
Destinação do lucro:					
. Reserva legal	-	387.943	-	(387.943)	-
. Dividendos a pagar	-	-	-	(1.842.729)	(1.842.729)
. Dividendos adicionais propostos	-	-	5.528.188	(5.528.188)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	64.800.888	387.943	5.528.188	-	70.717.019
Pgamento de dividendos adicionais ref 2017			(5.000.000)	-	(5.000.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.684.815	3.684.815
Destinação do lucro:					-
. Reserva legal	-	184.241	-	(184.241)	-
. Dividendos a pagar	-	-	-	(875.144)	(875.144)
. Dividendos adicionais propostos	-	-	2.625.431	(2.625.431)	-
					-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.800.888	572.184	3.153.619	-	68.526.691

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Boa Vista S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.684.815	8.261.196
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
. Depreciação	7.007.503	1.890.211
. Provisão de juros	9.024.578	7.446.315
. Juros a realizar - parte relacionada	168.851	341.783
. Provisão de IOF s/ empréstimo parte relacionada	22.410	64.224
. Juros Capitalizados	-	(5.189.110)
. Imposto de renda e contribuição social corrente	1.090.216	445.445
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	302.456	300.363
	21.300.829	13.560.427
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
. Aplicações financeiras	6.618.587	28.067.815
. Contas a receber de clientes	(630.154)	(9.074.078)
. Contas a receber - partes relacionadas	(3.494.826)	-
. Adiantamentos	-	(12.188)
. Despesas antecipadas	7.582	200.388
. Tributos a recuperar	(338)	(6.104)
. Tributos a recolher	325.705	117.768
. Tributos diferidos	-	-
. Contas a pagar	1.333.240	408.736
. Contas a pagar - Parte relacionadas	(3.756.685)	1.488.309
	403.111	**21.190.646**
Gerado pelas operações:		
. IOF pago - partes relacionadas	(86.634)	-
. Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.206.635)	(89.921)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**20.410.671**	**34.661.152**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
. Aquisição de imobilizado	(1.422.712)	(68.688.345)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	**(1.422.712)**	**(68.688.345)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
. Mútuos com partes relacionadas	-	5.500.000
. Amortização Mútuos com partes relacionadas -Principal	(5.500.000)	-
. Amortização Mútuos com partes relacionadas - Juros	(510.634)	
. Empréstimos	837.000	33.691.000
. Amortização de Empréstimos	(3.365.869)	-
. Custos de transação de empréstimos	452.633	(529.822)
. Amortização de Juros	(4.416.672)	-
. Pagamento de Dividendos	(6.842.729)	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	**(19.346.271)**	**38.661.178**
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(358.313)**	**4.633.985**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.633.986	1

Parque Eólico Boa Vista S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

No final do exercício	4.275.673	4.633.986
	(358.313)	**4.633.985**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

O Parque Eólico Boa Vista S.A. ("Parque Eólico Boa Vista ou Sociedade"), é uma sociedade anônima de capital fechado e sediada no município de Mulungu do Morro, estado da Bahia, Fazenda Santa Rita, sem número, Estrada Vicinal que liga a BA-427 à Estrada Vicinal que, por sua vez, liga a Lagoa Damasceno à Baixa do Macário, próximo ao Povoado Sapecado, Zona Rural , constituída em 14 de abril de 2014.

A Sociedade tem como objeto social as atividades de produção de energia elétrica de origem e natureza eólica, manutenção de redes de distribuição, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, que podem ser exercidas diretamente ou mediante participação em consórcios.

Em 11 de fevereiro de 2015, o grupo francês EDF Energies Nouvelles, representado pela EDF EN do Brasil, adquiriu do grupo Sowitec, a participação majoritária da carteira de projetos eólicos, totalizando 800 MW, em um cluster localizado na região da Chapada Diamantina na Bahia. Para a fase I dos projetos eólicos foi adquirida autorização para exploração no leilão A-5 realizado pela ANEEL em 13 de dezembro de 2013. A outorga, ou seja, o direito da geração de energia, do projeto Parque Alto do Bonito Ltda. foi concedida pelo Ministério de Minas e Energia em 25 de agosto de 2014.

Em 21 de setembro de 2015, a Sowitec Operation GmbH exerceu a opção de venda prevista no "Quotaholders Agreement", que compreende a compra de quotas de cada projeto da Fase I pela EDF EN do Brasil, representadas por dez por cento (10%) do capital social de cada sociedade de propósito específico, constituída para a exploração de energia eólica.

Em 2 de agosto de 2016, através da AGE de Incorporação, as ações da Sociedade foram incorporadas na empresa VDB F1 Geração de Energia S.A., através do aumento de capital da mesma. Com isso, a VDB F1 Geração de Energia S.A., passou a ser detentora de 100% das ações da Sociedade.

A Sociedade entrou em operação comercial a partir do dia 21 de setembro de 2017, conforme despacho nº 3063, de 20 de setembro de 2017.

Em 4 de dezembro de 2017, a EDF EN do Brasil Participações Ltda adquiriu o capital social remanescente da Sowitec Operation GmbH e tornando-se a única acionista da holding VDB F1 Geração de Energia S.A.

1.1 Da autorização

O Parque Eólico Boa Vista tem potência instalada de 27 MW e já possui contrato firmado para venda da energia produzida (PPA) no montante de 12,9 MWm ao preço médio de R$ 119,38/MWh. O contrato tem duração de 20 anos e a receita fixa prevista atualizada anualmente pelo IPCA, a partir do dia do leilão. A autorização para exploração foi adquirida no leilão A-5 realizado pela ANEEL em dezembro de 2013, conforme estabelecido na portaria MME nº 234 de 09 de julho de 2013.

No dia 25 de agosto de 2014, a Sociedade assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

Em 15 de julho de 2016 iniciou-se a construção do Parque, mediante utilização de recursos dos acionistas, e também através de financiamento obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A contabilização da energia produzida ocorre de forma mensal.

Para os contratos de PPA, a cada 4 anos, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Sociedade, podendo ocorrer redução da garantia física, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato. Anualmente é também realizada prévia do encontro de contas e realizados os devidos ajustes.

Nos contratos fechados no mercado livre, a contabilização é realizada mensalmente e, havendo desvios negativos, as diferenças são liquidadas no mercado de curto prazo, a PLD.

As principais características dos projetos estão destacadas abaixo:

a. Planta eólica composta por três subparques, sendo Alto do Bonito e Boa Vista com 27 MW cada e Colina com 12 MW instalados;

b. Rede de Média Tensão aérea de 34,5 kV;

c. Subestação Coletora Ventos da Bahia I em 34,5/138 kV;

d. Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 23 km, interligando a Subestação Coletora Ventos da Bahia I à Subestação Bonito;

e. Bay de Conexão na Subestação Bonito em 138 kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas nas legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de maio de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.12.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

2.4 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercícioem que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em exercíciosposteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) Provisão para desmobilização

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A Sociedade possui contingência judicial reconhecida nessas demonstrações financeiras.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, quando aplicáveis, são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, contas a receber com partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

- **Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos com partes relacionadas e empréstimos com o BNDES.

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem derivativos e são mensurados a valor justo, quando aplicável.

  Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de hedge, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*, quando aplicável.

3.3 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A partir do momento que a Sociedade entrou em operação, a depreciação começou a ser reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 / IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.4 Redução ao valor recuperável dos ativos *(impairment)*

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.5 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável).

3.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

3.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.9 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.10 Reconhecimento de receita

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de geração de energia em fase de teste

A receita da fase de teste é registrada antes do período comecial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal

prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

c. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos , que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros sobre o montante do principal em aberto.

3.11 Tributos

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, em geral acrescido das demais receitas, pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, em geral acrescida das demais receitas, pela alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de caixa, ver nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

Os tributos diferidos são reconhecidos pelos saldos a receber de clientes e/ou outro valor tributável que não fora recebido até a data da apuração.

3.12 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018:

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação dos ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção da CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos, quando contratados.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e

passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Conforme mencionado, a Sociedade não identificou impactos representativos que trouxessem alteração na apresentação dos instrumentos financeiros:

Conta	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Valor Contábil CPC 38	Novo Valor Contábil CPC 48
Ativos financeiros				
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	9.074.078	9.074.078
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	4.633.986	4.633.986
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	6.621.730	6.621.730
Total de ativos financeiros			**20.329.794**	**20.329.794**
Passivos financeiros				
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	644.195	644.195
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	5.223.064	5.223.064
Empréstimos	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	100.497.278	100.497.278
Empréstimos com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	5.906.008	5.906.008
Total de passivos financeiros			**112.270.545**	**112.270.545**

A Sociedade optou por não apresentar a reconciliação dos valores entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 em função de não ter identificados impactos relevantes, inclusive na avaliação do modelo de perdas esperadas, uma vez que entende que a regulação efetuada pelos órgãos de mercado mantém o equilíbrio econômico do negócio.

CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, e entrou vigor em janeiro de 2018 em substituição ao CPC 17 - “Contratos de Construção” e ao CPC 30 - “Receitas”, como demais interpretações.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração do valor e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A adoção as alterações introduzidas pela nova norma não trouxe impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. A Administração ressalta que, considerando a natureza de suas operações de venda, na qual as obrigações de desempenho são transparentes e objetivas e a transferência do controle dos bens é realizada mediante a responsabilidade que é transferida ao comprador, já adotava a prática de reconhecer as vendas de forma que a receita representasse o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

De acordo com os requerimentos da norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventos de contraprestação variável, tais como descontos eventuais, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho ou ainda penalidades aplicáveis que, de acordo com a norma, devem ser classificados como contraprestação variável. A Administração avaliou sua estrutura de apuração e apresentação de receita e o principal efeito identificado na apresentação do resultado é sobre as penalidades aplicadas por baixa geração de energia, contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional, conforme disposto na nota explicativa nº 17 - Receita Operacional. O impacto identificado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 505.356.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, a Sociedade não espera que tenham impacto significativo em suas Demonstrações Financeiras e ainda continua avaliando os potenciais impactos, se existirem, referentes a adoção do CPC 16 (R2).

(i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Sociedade deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Sociedade continua avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- o Grupo não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e

- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas (CPC).
- CPC 11 Contratos de Seguros

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos	4.275.673	4.633.986
Total	4.275.673	4.633.986

5 Aplicações financeiras

	2018	2017
Aplicações Financeiras - Fundo de aplicações financeiras	3.143	4.579.358
Aplicações Financeiras - CDB - DI	-	2.042.372
	3.143	6.621.730

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2018, sobre o DI CETIP ("CDI") de 96,26% (rentabilidade do FIC Soberano DI Citibank). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	9.704.232	6.622.061
CPFL Brasil	-	2.452.017
Total	**9.704.232**	**9.074.078**

A Sociedade constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e medida através de relatório de medição mensal. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2018. Além disso, não há histórico ou expectativas futuras de perdas com as contas a receber da Sociedade e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas incorridas) e avaliação de perdas de crédito esperadas.

7 Transações com parte relacionadas

7.1 Contas a receber

	2018	2017
Sowitec Development	3.494.826	-
Total	**3.494.826**	**-**

7.2 Contas a pagar

	2018	2017
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (a)	634.051	4.859.093
PE Alto do Bonito - Interconexões (b)	832.328	363.971
Total	1.466.379	5.223.064

(a) Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado o contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda. ("EDF EN Brasil") e as sociedades da fase 1 (Parque Eólico Alto do Bonito, Parque Eólico Boa Vista e Parque Eólico Colina) referente ao repasse dos custos necessários para desenvolvimento e construção do parque eólico. O rateio de despesas é proporcional à capacidade eólica de cada parte. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto

referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil. O percentual de participação da Sociedade é de 40,91%.

(b) Consórcio interconexões

Em 28 de janeiro de 2016, foi constituído o Consórcio VDB F1 Interconexões (o "Consórcio"), com objetivo: o desenvolvimento, execução, implantação, operação e manutenção das instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica (o Empreendimento).

A Sociedade Parque Eólico Boa Vista possui 40,91% percentuais de participação nesse consórcio. As Consorciadas denominaram Parque Eólico Alto do Bonito como a líder do projeto que terá duração de 25 anos. O montante de R$ 832.328 é saldo remanescente a pagar de todo custo incorrido e administrado pela Líder no exercício de 2018.

A liquidação destes valores está prevista para o exercício de 2019.

7.3 Contrato de mútuo

Os valores referem-se a capital de giro custeados pela EDF EN do Brasil Participações Ltda. O montante principal, de R$ 5.500.000, está sendo atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%. O mútuo foi liquidado integralmente no exercício de 2018.

	2018	2017
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	-	5.906.008
Total	-	5.906.008

A movimentação do mútuo encontra-se evidenciada abaixo:

	Saldo em 31/12/2017	Juros Apropriados	IOF Apropriados	Liquidação Principal	Liquidação de Juros	Liquidação de IOF	Saldo em 31/12/2018
EDF EN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.	5.906.008	168.851	22.410	(5.500.000)	(510.634)	(86.634)	-
	5.906.008	**168.851**	**22.410**	**(5.500.000)**	**(510.634)**	**(86.634)**	**-**

Remuneração do pessoal chave da administração

Não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2018.

8 Despesas Antecipadas

	2018	2017
Administrativas - seguros	98.227	105.809
Total	**98.227**	**105.809**
Curto prazo	**98.227**	**62.090**
Longo Prazo	**-**	**43.719**

Os valores de despesas antecipadas referem-se aos seguros contratados junto a Swiss RE Corporate Solution Brasil Seguros. O seguro para risco de engenharia tem o período de vigência de 30/06/16 até 15/09/19:

9 Imobilizado

	2018					
	Taxa de depreciação. Anual%	**Saldo em 31/12/2017**	**Adição**	**Transferência**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/2018**
Móveis Utensilios	10%	7.262	-	-	(797)	**6.465**
Aero geradores eólicos (i)	4%	165.528.975	1.422.712	-	(7.006.706)	**159.944.981**
Total		**165.536.237**	**1.422.712**	**-**	**(7.007.503)**	**159.951.446**
Custo		167.396.113				168.818.825
Depreciação acumulada		(1.859.876)				(8.867.379)
Imobilizado líquido		**165.536.237**				**159.951.446**

2017

	Taxa de depreciação. Anual%	Saldo em 31/12/2016	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Torres anemometricas	20%	170.931	-	(140.596)	(30.335)	**-**
Móveis Utensilios	10%	-	7.262	-	-	**7.262**
Aero geradores eólicos (i)	4%	-	-	167.388.851	(1.859.876)	**165.528.975**
Adiantamento para aquisição de imobilizado (ii)	-	73.212.244	40.788.231	(114.000.475)	-	**-**
Capitalizações resultado financeiro (iii)	-	350.998	5.189.110	(5.540.108)	-	**-**
Capitalizações resultados operacionais (iv)	-	-	(4.905.338)	4.905.338	-	**-**
Instalações em construção (v)	-	19.814.820	32.798.190	(52.613.010)	-	**-**
Total		**93.548.993**	**73.877.455**	**-**	**(1.890.211)**	**165.536.237**
Custo		93.587.938				167.396.113
Depreciação acumulada		(39.358)				(1.859.876)
Imobilizado líquido		**93.548.580**				**165.536.237**

(i) Aero geradores eólicos

Com o início da operação comercial da Sociedade, a construção do parques eólicos foi finalizada e, por conseguinte, os saldos das instalações em construção foram transferidos para imobilizado em operação, assim como os montantes relacionados à capitalização de receitas operacionais e capitalização do resultado financeiro.

(ii) Adiantamento para aquisição de imobilizado

As adições durante ao ano de 2017 referem-se a gastos incorridos e adiantados a fornecedores para a implantação do projeto eólico, preparação da usina e aquisição das turbinas, representados acima pelo montante de R$ 40.788.231. Com o termino da construção, o montante foi totalmente capitalizado, transferindo o seu saldo para a conta de aero geradores eólicos. O principal fornecedor da rubrica adiantamento é a Acciona Windpower Comercio e Indústria de Equipamentos Ltda

(iii) Resultados financeiros

O montante demonstrado em capitalizações financeiras é composto de juros, IOF, comissões e despesas com serviços financeiros no montante total de R$ 5.189.110 baseado nos parágrafos 5 e 6 do CPC 20.

(iv) Resultados operacionais

O montante de R$ 4.905.338 é composto pela venda de energia em fase de teste, além do PIS/COFINS sobre esta receita. Tal prática é preconizada pelo item (e) do parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

(v) Instalações em construção

O montante demonstrado em Instalações em construções, refere-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e

construção do parque eólico e que são necessários para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

Em 2016, parte dos valores de instalações em andamento estavam sendo classificados na rubrica de projetos em andamento dentro do Intangível, sendo transferidos para ativo imobilizado quando da entrada em operação em 2017.

10 Tributos a recolher

A composição dos tributos federais , está demonstrada abaixo:

	2018	2017
Tributos Federais		
PIS s/ faturamento	14.069	28.440
PIS diferido	122.372	58.543
COFINS s/ faturamento	64.933	131.262
COFINS diferida	564.796	270.196
Tributos retidos	59.161	11.580
Total	**825.331**	**500.021**

11 Contas a pagar

	2018	2017
Penalidade por baixa geração de energia	505.357	-
Nordex Energy Brasil	1.246.441	-
Messtechnik Comercio e Instrumentações	28.304	-
ABB Ltda	-	180.833
Acciona	-	392.138
Cotesa	42.717	29.567
Comerc Energia Ltda	116.632	1.478
Eletric	-	9.060
Kintech	-	4.854
Seta Engenharia	-	25.645
Diversos	37.984	620
	1.977.435	**644.195**

O ciclo de liquidação dos títulos a pagar gira em torno de 30 dias.

12 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro presumido.

Segue abaixo a composição dos valores a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	**2017**
Contribuição Social	302.448	235.443
Imposto de Renda	553.714	434.682
Total	856.162	670.125
Impostos correntes	253.343	369.762
Impostos diferidos	602.819	300.363

(i) Impostos correntes:

Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Receitas de vendas	28.708.375	11.742.203
Base presumida para o IRPJ (8%)	2.296.670	939.379
Base presumida para a CSLL (12%)	3.445.005	1.409.064
Rendimentos de aplicações renda fixa/variável	300.101	-
Receita de descontos/juros	122.021	-
Demais receitas e ganhos de capital	254.340	28.933
Base de cálculo do imposto de renda	2.973.133	1.720.888
Base de cálculo da contribuição social	4.121.468	2.190.576
Alíquota do Imposto de Renda - 15%	445.970	258.133
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	273.313	153.751
Alíquota da Contribuição Social - 9%	370.932	197.152
Total de Imposto de Renda Corrente	719.284	411.884
Total de Contribuição Social Corrente	370.932	197.152
Total dos tributos correntes	**1.090.216**	**609.036**

(ii) Impostos diferidos

Receitas operacionais + outras receitas tributáveis

Base de cálculo para os tributos diferidos		
Receita de geração de energia à receber	9.819.985	3.893.091
Variaçao do contas a receber		
Base presumida para o IRPJ (8%)	785.599	311.477
Base presumida para a CSLL (12%)	1.178.398	467.171
Juros a receber - CCEE	-	67.533
Base de cálculo do imposto de renda	785.599	378.980
Base de cálculo da contribuição social	1.178.398	534.704
Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%)	117.840	56.847
Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%)	78.560	37.898
Cálculo da CSLL (alíquota de 9%)	106.056	48.123
Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido	196.400	94.745
Total de Contribuição Social Diferida	106.056	48.123
Total de tributos diferidos	**302.456**	**142.868**

13 Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2017
Principal BNDES FINEM	R$	TJLP+2,45 %	10,36%	2018 a 2034	104.219.094	94.890.000
Juros					664.504	7.565.876
Custos de captação					(1.854.650)	(1.958.598)
					103.028.948	**100.497.278**
				Passivo circulante	5.982.937	11.145.240
				Passivo não circulante	97.046.011	89.352.038

A movimentação do empréstimo segue abaixo:

	Boa Vista
Saldo inicial - 31/12/2017	100.497.278
(+) Aquisição Principal	837.000
(+) Juros Apropriados	9.024.578
(-)Amortização Juros	(4.416.672)
(-) Amortização Principal	(3.365.869)
(-)Custo a amortizar	452.633
Saldo Final - 31/12/2018	**103.028.948**

Em 20 de outubro de 2016, a empresa firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante

de R$ 95.727.000, tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2018 em um montante total de R$ 95.727.000 (94.890.000 em 2017). O total de custos incorridos na contratação foi de R$ 1.854.650 (1.958.598) e os juros incorridos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são de R$ 9.024.578 (7.565.876 em 2017). Os custos de captação são considerados na composição da dívida, representando assim uma taxa de empréstimos de 10,36% a.a.

O objetivo desta captação é a implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,45% a.a., com exigibilidade mensal após o termino do período de carência, em 15 de junho de 2018. O valor do principal será amortizado em 192 prestações mensais, com início em 16 de julho de 2018, até 15 de junho de 2034.

Garantias
Esse financiamento conta com garantia coorporativa, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios.

Covenants

A partir de 2019, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o ICSD (Índice de Cobertura da Dívida), no mínimo, igual ou superior a 1,20, a ser verificado através de demonstrativos auditados.

14 Patrimônio Líquido

14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 64.800.888 (R$ 64.800.888 em 2017) e está representado por 64.800.888 (64.800.888 em 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2018	2017
VDB F1. Geração de Energia	64.800.888	64.800.888
Total	**64.800.888**	**64.800.888**

14.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzidos eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. O montante constituído em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 184.241.

14.3 Dividendos a pagar:

Conforme definido no estatuto da Sociedade, do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de prejuízos acumulados e da reserva legal, destinar-se-á no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas, conforme artigo 202 da Lei 6.404/76. O pagamento é feito com base em determinação feita por Assembléia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria.

Lucro líquido do exercício	3.684.815
(-) Prejuízo acumulados anteriores	-
Base para a constituição de reserva legal	3.684.815
(-) Constituição de reserva legal	184.241
(=) Base para a distribuição dos dividendos	3.500.575
Dividendos a pagar	875.144
Dividendos adicionais propostos	2.625.431

14.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras. O valor está demonstrado no item 14.3.

15 Receitas de vendas

	2018	2017
Geração de energia		
Receita de vendas	29.522.463	15.634.488
(-) Penalidade por baixa geração	(505.356)	-
Receita bruta	**29.017.107**	**15.634.488**
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(250.434)	(101.629)
COFINS	(1.155.851)	(469.059)
Total das deduções da receita bruta	**(1.406.285)**	**(570.688)**
Total da receita líquida	**27.610.821**	**15.063.800**

16 Custos das vendas por natureza

	2018	2017
Custos operacionais		

Seguros	(233.039)	(32.767)
Locação de equipamentos	(227.281)	(24.675)
Ajustes na conta da CCEE	-	(19)
	(460.320)	**(57.461)**
Impostos e taxas		
TUSD	(2.038.229)	(341.909)
Taxa de regulamentação	(71.928)	-
	(2.110.157)	**(341.909)**
Serviços prestados		
Serviço com manutenção	(971.913)	(72.308)
Serviços de telecomunicações	-	(14.062)
Serviços de comercialização	-	(4.500)
Outros Serviços	(162.553)	(22.402)
	(1.134.466)	**(113.272)**
Depreciação		
Custo com depreciação	(7.007.503)	(1.859.876)
	(7.007.503)	**(1.859.876)**
Total dos custos de vendas	**(10.712.446)**	**(2.372.518)**

17 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

Despesas administrativas	**2018**	**2017**
Energia, telefone e Internet	-	(2.557)
Despesas Legais	(19.310)	(30.068)

Contribuições a associações	(2.902)	-
Reunião de negócios	-	(1.858)
Propaganda e Publicidadae	(23.664)	-
Locação	(46.603)	-
Outras	(2.542)	-
	(95.021)	**(34.483)**

Impostos e taxas	**2018**	**2017**
Outros impostos e taxas	(242.815)	(2.588)
PIS	(642)	-
COFINS	(2.964)	-
Contribuição associativa	-	(230)
	(246.422)	**(2.818)**

Despesas com serviços prestados	**2018**	**2017**
Honorários de Contadores	(103.260)	(99.094)
Honorários de Consultores	(164.197)	-
Honorários de Auditores	(23.324)	(21.731)
Honorários de Advogados	(20.543)	(24.111)
Serviços financeiros	-	(153.862)
Publicidade	-	(17.326)
Outros Serviços	(131.436)	(5.470)
	(442.759)	**(321.594)**

Depreciação	**2018**	**2017**
Despesas com depreciação	-	(30.335)
	-	**(30.335)**

Outras receitas/(despesas) operacionais	**2018**	**2017**
Perdão de divida	-	19.897
Outras receitas	112.477	-
Ajustes na conta da CCEE	-	808
	112.477	**20.705**

Rateio de despesas	**2018**	**2017**
Salários	(489.298)	(640.836)
Previdência social	(254.169)	(248.522)

Outros custos com pessoal	-	(320.802)
Outros serviços	(538.498)	(282.746)
Aluguel	(110.902)	(236.663)
Seguros	(486)	(5.611)
Despesas legais	-	(454.683)
Viagens e estadias	(49.215)	(145.316)
Serviços prestados pelo exterior	(386.253)	(412.976)
Outros custos	(168.780)	(31.371)
Garantias	-	(77.017)
Capitalização de despesas	-	1.542.721
	(1.997.601)	**(1.313.822)**
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	**(2.669.325)**	**(1.682.347)**

18 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	2018	**2017**
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	300.101	752.579
Variação cambial ativa	-	76.377
Desconto	144.451	-
Receita de juros	-	4.461
Juros	65.713	-
Outras Receitas	-	192
	510.266	**833.609**
Despesas Financeiras		
Juros de empréstimos - parte relacionada	(931.631)	(188.773)
Juros de empréstimos	(8.560.442)	(2.542.797)
Despesas bancárias	(54.661)	(10.330)
Variação cambial passiva	-	(24.483)
Encargos sobre pagamento em atraso	-	(2.878)
Despesas com IOF	(42.574)	28.162
Custos com empréstimos	(72.521)	(33.975)
Outras despesas financeiras	-	(54.370)
	(9.661.829)	**(2.829.444)**
Resultado Financeiro líquido	**(9.151.564)**	**(1.995.835)**

19 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros, sendo sua administração efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua

liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	**Categorias**	**2018**	**2017**
Aplicações financeiras	Custo amortizado	3.143	6.621.730
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	3.494.826	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	9.704.232	9.074.078
		13.202.201	**15.695.808**
Passivos			
Contas a pagar	Custo amortizado	1.977.435	644.195
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado	1.466.379	5.223.064
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	103.028.948	11.145.240
Contrato de mútuo - partes relacionadas	Custo amortizado	-	5.906.008
		106.472.762	**22.918.507**

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, bem como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito quena data das demonstrações financeiras, estavam assim apresentados:

	2018	**2017**
Aplicações financeiras	3.143	6.621.730
Contas a receber - partes relacionadas	3.494.826	-
Contas a receber de clientes	9.704.232	-
	13.202.201	**6.621.730**

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos

contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2018	
	Até 1 ano	**> 2 anos**
Contas a pagar	1.977.435	-
Contas a pagar com partes relacionadas	1.466.379	-
Empréstimos e financiamentos	5.982.937	97.046.011
	9.426.751	97.046.011

	2017	
	Até 1 ano	**> 2 anos**
Contas a pagar	644.195	-
Contas a pagar com partes relacionadas	5.223.064	-
Empréstimos e financiamentos	11.145.240	89.352.038
Contratos de mútuo - parte relacionada	5.906.008	-
	22.918.507	89.352.038

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Sociedade preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2017, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base noBanco Central, foi obtida a taxa TJLP, cuja taxa inicial para 2018 é de 7,3%, sendo este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% (possível) e

50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	2018	2017	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros						
BNDES FINEM	104.883.598	94.890.000	TJLP	9.321.989	10.761.247	12.017.969

20 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	Boa Vista
	Volume MWh	75.839
	Preço (R$/MWh)	119,38
2018	Total (R$ Mil)	9.053,66
	Volume MWh	113.004
	Preço (R$/MWh)	119,38
2019	Total (R$ Mil)	13.490,42
	Volume MWh	113.004
	Preço (R$/MWh)	119,38
Após 2020	Total (R$ Mil)	13.490,42

b. Compromissos - Garantias

A Sociedade contratou as seguintes garantias exigidas pela ANEEL e previstas no edital de licitação do leilão A-5 realizado pela ANEEL em 13 de dezembro de 2013.

Banco/Vencimento	10/04/2015 - 01/08/2018
DEUTSCHE BANK - Fiança bancária	5.702.327
Total Boa Vista	**5.702.327**